

II

OS DOIS “PALÁCIOS DE CRISTAL” OU A RECEPÇÃO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LONDRES (1851) EM PORTUGAL

A história que me proponho contar é a história de dois “Palácios de Cristal”. A designação leva-nos, de imediato, para o domínio do encantatório e do fantástico, mas engana-se quem espera ouvir um conto de fadas, pois embora os dois palácios tenham sido objecto de admiração e de enlevo, embora tenham provocado atitudes como o arrebatamento e a fascinação, apesar de a sua beleza e sedução terem sido comparadas às de um palácio das *Mil e uma Noites*, eles foram o produto bem real do trabalho humano. Aliás, a magia que esses palácios exerceram sobre os milhares de peregrinos que os quiseram contemplar proveio exactamente da constatação de que o trabalho humano é um prodigioso princípio transformador que metamorfoseia o ferro das minas em elaboradas jarras, a singeleza das árvores em camas e mesas pomposas, a sedosa pelugem das ovelhas nas tapeçarias mais sublimes, a pesada areia das praias no mais fino cristal... E este ano, como outrora, a história desses palácios entrelaça-se e merece ser lembrada, porquanto se assinalam dois acontecimentos marcantes em relação aos dois edifícios: a inauguração do Palácio de Cristal londrino, em Hyde Park, há 150 anos e a destruição, há 50 anos atrás, do Palácio de Cristal que a burguesia portuense construiu em 1865.

O que pretendemos avaliar, com o projecto de pesquisa que foi levado a cabo em periódicos portugueses de 1851 e de 1865, foi o grau de proximidade entre esses dois palácios, quer a nível da concepção arquitectónica, quer a nível do seu significado ideológico. Nos periódicos de 1851, procurámos compreender a quantidade e a qualidade da informação que chegava diariamente aos portugueses sobre a exposição londrina. Diligenciámos no sentido de cotar os tópicos das notícias mais recorrentes e de perceber o nível de interesse do nosso público leitor por um acontecimento internacional onde Portugal também tinha um papel a desempenhar. Nos periódicos de 1865 buscámos referências concretas à Exposição londrina, comparações, enfim, que de alguma forma legitimassem a filiação do Palácio de

Cristal portuense no arrojado projecto architectónico, industrial e político de 1851.

Do estudo das notícias dos periódicos portugueses sobre a Exposição de 1851, constatámos a abordagem de diferentes aspectos que se inscrevem em quatro áreas temáticas principais: em primeiro lugar, a exaltação do avanço tecnológico da Inglaterra, causa primeira do seu florescimento económico e hegemonia comercial e política; em segundo lugar, a descrição do fascínio criado pelo Palácio de Cristal londrino sobre aqueles que o visitam; em terceiro lugar, a apreciação da participação portuguesa na Exposição de 1851, quer a nível do número de expositores, quer a nível dos visitantes; em quarto lugar, a enumeração dos possíveis destinos do Palácio de Cristal, uma vez finda a Exposição. Passemos a um exame mais detalhado destas áreas temáticas.

Nas notícias estudadas, o avanço tecnológico da Inglaterra surge directamente relacionado com o seu papel de anfitriã das comunidades industriais. Realce-se que o dia 1º de Maio, que marca a inauguração do Palácio de Cristal em Hyde Park, é também o dia em que o telégrafo eléctrico submarino começa a funcionar, permitindo a transmissão de notícias entre a Inglaterra e a França em apenas um minuto.¹ E este é apenas um dos prodígios de que o Homem parece agora ser capaz. A França surge aliás como a única digna rival da Inglaterra na “lucta do mundo industrial” já que, como é salientado no nº 1 da *Revista Universal Lisbonense* “as demais nações só tem assistido como espectadoras a este memoravel torneio”. É também louvado neste periódico o facto de os ingleses terem aplicado o desenvolvimento tecnológico à agricultura, a verdadeira e única base da prosperidade de um país, dando assim início a uma autêntica revolução agrícola:

“As máquinas agricolas inglezas, sobre tudo, revelaram ao mundo um systema completo de meios de que ninguem mostrava ter o menor conhecimento, e que provam todos os recursos que, neste paiz, a cultura deriva da industria fabril. É evidente que os inglezes preparam ou para melhor dizer vão effectuando, ha pouco tempo, uma verdadeira revolução na arte de cultivar a terra; tratam-na com desvelos e melindres infinitos. Comprehendem muito que ao cabo de tudo e apesar de suas tendencias industriaes e commerciaes, a terra sempre é a base mais solida de toda a prosperidade, e dir-se-hia que para ella é que fazem trabalhar as suas forjas e os seus navios. Não podeis imaginar a que auge tem subido o seu cuidado neste ponto. O maquinismo a vapor

¹ Cf. *O Chronista*, Vol. I (25.3.1851).

decididamente apossou-se do dominio agricola, e já começam a debulhar trigo, cortar palhas, puxar a charrua, construir os canos de *drainagem* (...), com maquinas a vapor portateis da força de alguns cavallos. (...)

A variedade dos bellos instrumentos de agricultura é superior ás mais atrevidas hypotheses, e só ella seria bastante para attrahir a Londres todos os agricultores da Europa. Com o socorro daquelles engenhosos auxiliares os inglezes triumpharam a pouco e pouco de todos os obstáculos do seu clima, do seu torrão, e mesmo de todas as concurrencias que lhes acarretou a reforma economica."²

Não é pois de admirar que na Exposição de 1851 mais de 100.000 expositores sejam britânicos. E se os inglezes ocupam metade do recinto com os seus productos, tal é não só natural como também justificável:

"Tem sido bastante censurada a Inglaterra por ter feito para si o que se chama partilha do leão, pelo menos quanto ao espaço, porque occupa exactamente metade do todo o destinado á exposição universal. Mas não se tem reflectido que essa metade foi tão bem recheada que em verdade não ha motivo para queixa, e vendo-se os espaços vãos mal desfarçados nos lotes das outras nações, pergunta-se o que fariam ellas de mais amplo espaço, se lho tivessem concedido. (...)

A Inglaterra nada occultou: expoz os productos proprios e as materias primas das suas colonias, dispoz esta immensa encyclopedia n'uma ordem admiravel, a ordem que reina em a sua industria como em a sua politica, como na sua sociedade regrada donde tem sahido tantas maravilhas."³

Esta é assim uma resposta às vozes detractoras que não deixam de acusar a Inglaterra de esconder os seus melhores productos:

"Em um dos institutos scientificos de Londres houve ha poucos dias uma discussão publica em que tomaram parte varios estrangeiros francezes, e alemães; versava sobre este objecto. Allí se deu por

² *Revista Universal Lisbonense*, 2.^a série, Vol. IV, n.º 1, ano XI (14.8.1851).

³ *Ibidem*.

certo que as melhores maquinas da industria ingleza não foram á exposição, pelo receio de serem imitadas pelos estrangeiros. Este susto nos surprehenderia menos em os manufactores dos outros paizes, que por parte dos inglezes. Não é digno da nação que tomou a offensiva contra todos os povos na guerra da concorrência industrial, mormente no fabrico de maquinas, preocupar-se, a ponto de se inquietar, do que sonha o espirito de exclusivismo reduzido a apuros. Quem está armado de ferro, e bem fornecido de carvão, possuindo um capital desculpo daquelle dos outros povos (...) ficahes mal dar mostras de medo, ou hesitação.”⁴

Mas a força destas vozes depreciadoras é abafada por aquelas que se erguem para aplaudir a Inglaterra, uma “nação modelo”,⁵ e a *Great Exhibition*, uma “encyclopedia viva e activa”,⁶ bem como o Palácio de Cristal, um “colossal monumento”, com a “apparencia de um templo gothico”, uma *arca da aliança industrial*,⁷ que “deixa a perder de vista quanto mais de fabuloso se lê nas *Mil e uma Noites*.”⁸

Do conjunto de artigos da imprensa portuguesa de 1851 que examinámos, apenas um se destaca pela forma violenta como denuncia a existência de uma “outra face do vitorianismo”, a da miséria dos operários de que depende a magnificência da Exposição. O autor desse artigo, A. F. de Castilho, depois de, depreciativamente, ter chamado ao Palácio de Cristal “um templo immenso de christal e ferro” onde “a industria se manifesta como uma divindade”, parte para a crítica feroz ao “sanctuario da industria” londrino:

“Tudo isto significa o luxo. Mas o luxo na constituição actual do mundo significa a miseria. (...) tudo isto é pois a demonstração palpavel da desigualdade escandalosa dos haveres. (...)

Quantos centenares, quantos milhares, ás vezes, de infortunios reacs não são precisos para fazer um desses simulacros de ventura? (...)

⁴ *A Regeneração*, n.º 10 (20.6.1851).

⁵ Cf. *O Chronista*, n.º 14 (1.4.1851).

⁶ Cf. *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, Vol. IV, n.º 1 (14.8.1851).

⁷ Cf. *A Semana*, Vol. II, n.º 2 (Jan. 1851).

⁸ Cf. *A Semana*, Vol. II, n.º 26 (Ago. 1851).

Depois, a ‘exposição universal’ não tem só os productos, ostenta e alardêa, ainda com mias emphase, os obreiros de ferro e aço, os gigantes improvisadores do trabalho, os feiticeiros incansaveis e immortaes - as machinas. (...) estes monstros estereis, que a todos os momentos concebem e produzem; (...) as machinas, as machinas, as machinas (...) são, na presente constituição da sociedade, uns salteadores *patenteados*, uns dissimadores de corrupção em ambas as oppostas fortunas. (...)

Mente o titulo da ‘Exposição Universal’! Os productos industriaes e as machinas não são tudo o que se havia de mostrar, para ensinamento. Por que rasão deixou Londres de distribuir por entre aquellas machinas, os montes de cadaveres das suas victimas? (...) Mostraste-nos os palacios de christal, mostrai-nos o interior das vossas minas.”⁹

Esta diatriba contra a nova idade da máquina de que a Inglaterra se assume como profeta perde-se no entanto, como dissemos já, no fascínio crescente que a Exposição Universal parece exercer sobre o público português, desde que começam a chegar a Portugal as primeiras notícias da sua abertura. Para além da descrição da cerimónia de inauguração, que a rainha Vitória e o príncipe Alberto transformam num momento único da história da sociedade aristocrática internacional, chegam à terra lusa ecos - frequentemente atrasados (com cerca de 20 dias de dilacção) – do encarecimento dos quartos nos hotéis e nas casas de Londres em consequência da Exposição Universal,¹⁰ do oferecimento de serviços de “recepção e transito ao seu destino de quaesquer mercadorias encomendas e bagagens, ou de quaesquer commissões que se lhe confiarem”,¹¹ a par do anúncio de “um bom navio portuguez de 1ª marcha, com excelentes accomodações para passageiros e passageiras” que se propõe levar os portugueses a “tão util e agradável exposição”,¹² e da publicidade a uma loja de roupas londrina – a M. Howel James & Comp., onde os visitantes portugueses poderão achar “todos e quaesquer objectos proprios para vestido de senhoras”.”¹³

⁹ *A Semana*, Vol. II, nº 30 (Set. 1851).

¹⁰ Cf. *A Revolução de Setembro* (17.2.1851).

¹¹ Cf. *A Revolução de Setembro* (19.4.1851).

¹² Cf. *A Revolução de Setembro* (13.3.1851).

¹³ Cf. *A Revolução de Setembro* (27.3.1851).

Mas todas estas notícias dão conta de um mundo inacessível para a bolsa da maioria dos portugueses. Nenhum artigo destes periódicos refere o número aproximado de portugueses que se terão deslocado a Londres para visitar a Exposição.¹⁴ Resta-nos pois considerarmos a área em que nos são fornecidos números, a dos expositores lusos.

Portugal leva à Exposição Universal de 1851 160 expositores, número ínfimo quando comparado com os vários milhares que a nação anfitriã apresenta. Aos olhos dos portugueses, esse é, no entanto, um número significativo, o bastante para suscitar controvérsia, por um lado, e para alimentar a esperança de se alcançar alguma notoriedade internacional, pelo outro.

Da leitura dos periódicos portugueses de 1851 ressalta, em primeiro lugar, o curto prazo que é concedido aos potenciais expositores para habilitarem os seus produtos a um lugar na Exposição londrina. De facto, a comissão portuguesa para a Exposição é nomeada por decreto de 2 de Dezembro de 1850, abrindo-se o prazo de habilitações até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte, isto é, por apenas dois meses.¹⁵

O processo de selecção dos expositores traz para o centro do debate português sobre a Exposição londrina a apreciação crítica do atraso luso, em franco contraste com a exuberância das indústrias inglesa e francesa. Falar da Exposição de 1851 passa pois a ser um pretexto para se discorrer sobre a situação económica de Portugal e para, particularmente, se proceder à censura da inércia do governo, cuja acção se limitou à abertura de uma linha de crédito especial para ajudar os expositores portugueses.¹⁶

A preocupação com uma representação digna de Portugal ressalta de vários artigos sobre a Exposição. Nos textos que faz publicar em *O Atheneu*, A.J. de

¹⁴ Na edição de 31 de Março de 1851 de *a Revolução de Setembro*, é apresentada a ideia de se organizar uma expedição portuguesa a Londres, “formada dos homens de genio e da sciencia relativa, dos lavradores, fabricantes, commerciantes, e artistas.” O objectivo dessa expedição (que se deteria em Londres por 30 dias) seria a produção de um relatório “com o fim de que sendo publicado em Portugal possa aproveitar a todo o paiz, e especialmente á classe respectiva”. Como não surgem mais notícias sobre o assunto, neste ou em qualquer um dos periódicos consultados, presumimos que o projecto tenha sido gorado.

No n.º 51 de *O Chronista* (9.8.1851) encontrámos um pequeno artigo referindo a intenção do governo e da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de “facilitar os meios para alguns industriaes irem á exposição de Londres a observar tanto alli, como nas vastas officinas daquella cidade, as diversas machinas e aperfeiçoamentos que podem ser uteis ás nossas artes e industrias.” Mais uma vez, não deparámos com nenhuma menção posterior que indiciasse a concretização deste projecto.

¹⁵ Cf. *A Revolução de Setembro* (15.1.1851).

¹⁶ A abertura desta linha de crédito é anunciada, de uma forma um tanto lacónica, em *A Revolução de Setembro* (25.2.1851), através da transcrição de parte das actas da sessão de 22 de Fevereiro do mesmo ano da Câmara dos Dignos Pares. Note-se que esta linha de crédito é aberta depois de já ter

Figueiredo considera, depois de ter apreciado no arsenal da marinha, a selecção dos produtos destinados a serem enviados para Inglaterra, que o melhor seria “abstermo-nos de alli concorrermos; porque bem certos estavamos de que, nem com o que tinhamos em casa, nem com o que era possível aprontar em tão curto prazo, nos podiamos habilitar a competir airoosamente com industrias muito mais adiantadas que a nossa, e que, ha perto de um anno, se estavam preperado [sic] para este grande concurso.”¹⁷ Opinião idêntica é emitida pelo redactor de *A Revolução de Setembro*, que defende que “se os fabricantes não tiverem tempo de manufacturar os seus produtos melhor é não os mandarem do que irmos expor-nos a uma vergonha.”¹⁸ A falta de dignidade de alguns expositores portugueses é também sublinhada por A.M. de Castilho que, depois de uma descrição enlevada da secção dos expositores ingleses do Palácio de Cristal refere “uma pobre peanha de madeira, uma grande talha para azeite, mandada de Portugal pelo Sr. Pinto Bastos” e que ali faz “triste figura”.¹⁹

Mas o julgamento severo da participação portuguesa na Exposição de 1851 não dimana apenas dos redactores lusos. Como se pode ler em dois artigos publicados na *Revista Universal Lisbonense* (traduções de textos anteriormente publicados no *Morning Chronicle*), do ponto de vista dos ingleses, o Portugal oitocentista finissecular é uma nação “desleixada”, que não sabe aproveitar as vantagens oferecidas pela “sua situação meridional e marítima”, bem como pelo seu clima temperado. O tom do artigo deixa no entanto em rodapé uma nota de esperança, sendo Portugal comparado a um “diamante bruto”, (...) ainda por despojar “da sua capa terra”.²⁰

Contrastando com estas apreciações pouco elogiosas dos expositores portugueses, vão chegando ao público notícias avulsas de juízos mais favoráveis. Na *Revista Universal Lisbonense* enaltece-se o lugar de destaque concedido pelo *Illustrated London News* a um “specimen maravilhoso de bordado a cabelo, tão delicado e perfeitamente desempenhado, que parece um esboço feito com tinta da China” e é dada como certa a compra, por parte da rainha Vitória, de uma “seda azul estrellada de oiro exposta pelo Sr. Carvalho.”²¹

terminado o prazo para a selecção dos expositores. Sobre a falta de incentivo do governo, ver também, no mesmo periódico, a edição de 19 de Fevereiro de 1851.

¹⁷ *O Atheneu*, nº 62 (9.3.1851).

¹⁸ *A Revolução de Setembro* (13.2.1851).

¹⁹ *A Semana*, vol. II (Ago. 1851).

²⁰ *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, Vol. IV, nº 5 (11.9.1851).

²¹ *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, Vol. IV, nº 3 (28.8.1851), p. 28. Em *O Chronista* refere-se igualmente a apreciação elogiosa da imprensa britânica aos expositores portugueses (cf. nº 33, 27.5.1851).

Uma vez encerrada a Exposição o balanço que é feito da participação portuguesa é assaz positivo. Como é relevado por todos os jornais, tendo apresentado apenas 160 expositores, Portugal granjeia 15 medalhas e merece 35 menções hon-rosas. A lista dos prémios conferidos a Portugal constitui a essência das notícias publicadas nos periódicos portugueses consultados, de finais de Outubro de 1851 a Agosto do ano seguinte. No “fim de festa”, depois do relatório que o comissário régio de Portugal à Exposição Universal de Londres, Sebastião José Ribeiro de Sá, envia ao governo, fica apenas a recordação de uma participação meritória do nosso país.²² A par destas notícias, especula-se sobre o futuro do Palácio de Cristal. São estes os últimos ecos de um acontecimento que, durante cerca de um ano e meio, prende a atenção dos portugueses, que leva mais de seis milhões de visitantes a Londres e arrecada mais de 500.000 libras esterlinas para os cofres britânicos. E assim termina a história de um Palácio de Cristal londrino, desmantelado e reerguido em Sydenham em 1854, parcialmente destruído pelo fogo em 1936 e privado das suas torres, em 1941.²³

* * *

A história do outro Palácio de Cristal, o português, cujo destino não é menos trágico, começa sensivelmente na altura em que esmorece o interesse pelo edifício londrino. Também desta história os periódicos portugueses que consultámos nos dão conta, descrevendo minuciosamente os momentos da concepção do projecto, do início dos trabalhos, da ultimação da Exposição e da abertura da mesma, do juízo feito sobre os artigos expostos, da chegada dos visitantes, do seu acolhimento e, por fim, do balanço do empreendimento portuense. Não nos interessa, contudo, acompanhar aqui o desenrolar de toda a história, por um lado porque ela foi já contada²⁴ e, por outro lado porque direccionámos a nossa pesquisa no sentido da detecção de elos de ligação entre os dois palácios, naturalmente unidos por uma mesma denominação.

Convirá sublinharmos desde já que foram muito poucas as referências que

²² Ver, especialmente, os seguintes números da *Revista Universal Lisbonense*: 2.ª série, Vol. IV, n.º 12 (30.10.1851); 2.ª série, Vol. III, n.ºs 39 (6.5.1852) e 40 (13.5.1852).

²³ As torres do Palácio de Cristal londrino foram demolidas pelos ingleses por servirem de ponto de referência fácil para os bombardeamentos dos alemães.

²⁴ Sobre o assunto, poderão ser consultadas as seguintes publicações: *Porto 1865: uma Exposição*. Lisboa: Expo '98, 1998; ARAÚJO, Araújo – *Elementos para a Iconografia do Palácio de Cristal*. Porto, 1977. SILVA, João Christino da – “Visita à Exposição Internacional do Porto em 1866” in *Revista de Bellas-Artes*. Lisboa: Typographia Universal, 1988; SANTOS, J. Coelho dos – *A Arquitectura do Ferro e o Palácio de Cristal*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1989.

detectámos, no decurso do nosso estudo, a uma conexão evidente entre os dois Palácios de Cristal. É que mesmo aquela que parece ser mais flagrante, a semelhança arquitectónica, é apenas comentada por um dos periódicos que consultámos, e não se reporta sequer ao edifício principal. Qual poderá ser então a explicação para o quase total silêncio sobre esta ligação entre os dois Palácios? Deixemos a questão em suspenso por uns momentos, para examinarmos os dados de que dispomos.

Começemos por salientar que a nível arquitectónico o Palácio portuense não pode, de forma alguma, ser entendido como uma mera cópia do seu homónimo londrino. Segundo Coelho dos Santos, o projecto que está na base do Palácio de Cristal do Porto, assinado por Thomas Dillen Jones e modificado, no decurso da construção, por F. W. Sheilds, é distinto do Palácio londrino desenhado por Joseph Paxton, não só porque não é desmantelável, mas também porque beneficia da introdução substancial do granito na construção, o que lhe confere características muito particulares.²⁵ Aquilo que ressalta como comum aos dois edifícios, a nível da arquitectura, é pois apenas o recurso ao ferro e ao vidro.

A opção por uma designação idêntica à do edifício de Paxton para a construção que a burguesia portuense providencia erguer, entre os anos de 1861 e 1865, parece pois surgir naturalmente. Como realça António Cardoso, Joseph Paxton criou uma tipologia que na época pareceu adequada aos palácios de Exposições.²⁶ A resolução de se organizar no Porto uma exposição Universal implica a construção de um edifício com características semelhantes à do Palácio londrino e, por inerência, de um “Palácio de Cristal”.

Creemos que não deverá ser descurada, em relação a esta questão, a forte ligação que existe nesta época entre os dois países, mormente através da cidade Invicta, onde a comunidade britânica assume a liderança do comércio. Os números que chegaram a Portugal referentes ao êxito alcançado pela Exposição londrina, quer quanto ao número de visitantes, quer relativamente às receitas arrecadadas, influenciam também sem dúvida os responsáveis por este projecto que tantas vezes derrotistas consideraram utópico.

²⁵ Este projecto terá sido, segundo defende Coelho dos Santos, o terceiro a ser apresentado à sociedade promotora do Palácio de Cristal portuense. Segundo este autor, terão sido considerados mais dois projectos, o primeiro dos quais nitidamente inspirado no Palácio de Cristal de Joseph Paxton, mas que terão sido abandonados. SANTOS, J. Coelho dos – *op. cit.*

²⁶ António Cardoso explica: “O Palácio de Cristal portuense (...) transpõe a essencialidade do modelo londrino com adequações que supõem as informações de Paris de 1855 (e os seus equívocos) e a passagem possível de alguns momentos do programa arquitectónico da Bolsa do Porto, no quadro de uma actividade económica e cultural comum, com a participação do engenheiro Gonçalves de Sousa na concretização dos dois programas.” Cf. “A Arquitectura do Ferro no Porto Oitocentista” in *Porto 1865: uma Exposição*. Lisboa: Expo '98, 1998.

De facto, parece impossível que o Portugal oitocentista, um país que está ainda na fase de consolidação da sua indústria, atravessando uma situação económica que apenas dá os primeiros sinais de florescimento, se arvore em anfitrião das grandes nações industriais, aventura a que nem sequer a Alemanha ousou entregar-se. Assim se justificam as dúvidas manifestadas pelo redactor do *Jornal do Porto* relativamente à capacidade da cidade Invicta para “alojar tão avultado número de visitantes.”²⁷ Na mesma ordem de objecções se inscreve o texto que Latino Coelho assina para o *Jornal do Comércio* onde, depois de ter confessado os seus receios quanto à “categoria industrial” do nosso país põe em dúvida a sua capacidade para organizar uma Exposição “decorosa para a nossa terra” e lamenta que a comissão organizadora não se tenha limitado à exibição de produtos exclusivamente peninsulares.²⁸

Mas mal o Palácio de Cristal começa a ganhar forma, o desalento transforma-se em excitação. Apenas a voz de Camilo Castelo Branco se levanta isolada para criticar esse gigantesco “circo-bazar-teatro-restaurante-ginástico-pirotécnico chamado em linguagem enchacoca Palácio de Cristal”.²⁹ De resto, da pena dos jornalistas portugueses apenas saem elogios. E o encómio dirige-se especialmente à ousadia dos burgueses portuenses que se recusam a consentir que Portugal fique para trás do pelotão dos vencedores. Assim se lê no *Commercio da Covilhã* que “Portugal fez como Lazaro: ergueu-se e andou”.³⁰ No mesmo tom, escreveu Ribeiro de Sá para o *Comércio do Porto*: “Com a construção do Palácio de Crystal ficamos habilitados como nação de primeira ordem nos progressos sociaes”;³¹ e ainda: “Os directores do Palácio de Crystal Portuense foram homens da sua epocha e da sua terra. Em vez de pleitear fidalguias archeologicas de côrte, pegaram em pedra, ferro e crystal, e cuidaram em levantar um d’esses magestosos templos modernos, que presentemente consagram ao trabalho as nações livres e civilisadas.”³² É ainda na mesma ordem de ideias que Vilhena Barbosa descreve, no texto que faz publicar em *Archivo Pittoresco*, os dois grandes dinamizadores do Palácio de Cristal portuense, António Ferreira Braga e Alfredo Allen, como “dois patriotas que conceberam aquella idéa civilisadora”.³³

²⁷ *Jornal do Porto* (18.10.1864).

²⁸ *Jornal do Comércio*, 1864.

²⁹ *Apud.* José-Augusto França, *op. cit.*, p. 29.

³⁰ *Commercio da Covilhã*, nº 14 (1864).

³¹ *Comércio do Porto* (19.8.1864).

³² *Comércio do Porto* (14.9.1864).

³³ *Arquivo Pittoresco: Semanário Ilustrado*, vol. 8 (1865).

Dos exemplos apontados (e muitos mais poderiam ser referidos, já que abundam na imprensa da época) julgamos lícito poder concluir que o Palácio de Cristal portuense, mais do que o produto da nova moda arquitectónica da construção em ferro e vidro que invade a Europa oitocentista finissecular, se assume como o estandarte da ideologia coeva, que divide as nações entre aquelas que são civilizadas e aquelas que não o são, tomando o avanço da indústria como medida comparativa. Não é por acaso que a fachada do Palácio de Cristal portuense ostenta a legenda *Progredior*. O progresso, não já o progresso pelo saber que alimentou os sonhos iluministas, mas o progresso pelo trabalho e pela indústria, parece ser, de facto, o conceito essencial, capaz de resumir as ambições deste tempo. E é essa ideia que, a nosso ver, aproxima os dois Palácios. Ambos são "templos erguidos à indústria e às artes", vocacionados para celebrarem "a grandiosa festa do trabalho."³⁴ Ambos os países fazem questão de incluir no rol de produtos apresentados, produtos vindos das respectivas colónias. Assim, tal como na Exposição londrina mais de metade dos expositores da ala britânica são oriundos das suas colónias, na Exposição de 1865 Portugal apresenta, juntamente com os seus 1614 expositores nacionais, 741 expositores do ultramar.

Voltemos à questão que atrás deixámos em suspenso, produto da nossa estranheza face à ausência de comparações, na imprensa portuguesa de 1865, entre os dois Palácios de Cristal. Julgamos ser agora capazes de compreender que entre o Palácio de Cristal portuense e o Palácio londrino não existe uma relação de filiação mas uma afinidade de *irmãos*: ambos são fruto da mesma herança ideológica, de idêntica política imperialista, de análoga vocação civilizadora. E a ideologia expressa-se, celebra-se, dissemina-se. Não compete à imprensa coeva comentar aquilo que está então apenas emergente, mas ajudar à sua promoção. Cabe-nos a nós, estudiosos dessas questões, com o distanciamento crítico que o tempo providencia conceder-nos, procurar compreender os fenómenos que o Homem do final do século XIX, porque os está a viver, não sabe ainda definir.

* * *

Resta-nos fazer o balanço das duas exposições e assinalar a disparidade dos resultados obtidos. O Palácio de Cristal portuense não é capaz de atrair, em 1865, as multidões que acorreram ao templo do progresso londrino, não alcançando, por

³⁴ Estas expressões foram transcritas da edição de 21 de Setembro de 1865 de *A Revolução de Setembro*; o redactor desse texto referia-se apenas ao Palácio de Cristal portuense.

essa razão, o sucesso económico da Exposição de 1851. Na verdade, associado ao Palácio de Cristal do Porto está a história de um rol de desaires financeiros que, em grande parte justificam a impossibilidade de preservação do edifício e legitimam o vaticínio da sua morte, em 1951, por parte de Oliveira Salazar, face à necessidade de se encontrar um local para a construção de um recinto capaz de receber os Campeonatos da Europa e do Mundo de Hóquei em Patins no ano seguinte.

Os dois Palácios de Cristal, pertencentes à mesma história de encantar, não existem já. O Homem do princípio do século XX ignorou esses templos do progresso que o Homem do final do nosso século não chegou sequer a conhecer; de forma que escrever hoje sobre os dois Palácios de Cristal corresponde a fazer o obituário de uma ideologia que, consubstanciada em dois edifícios resplandcentes, um dia fascinou multidões.

Maria de Fátima Vieira